

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO N.23079.052044/2017-63

PISCINA SEMIOLIMPICA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e manutenção preventiva e corretiva de Equipamentos de Piscina semiolímpica situada nas dependências da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tais como tratamento de água, limpeza e fornecimento dos respectivos insumos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Nº	ENDEREÇO	METRAGEM	VALOR MENSAL EM REAIS R\$	VALOR ANUAL EM REAIS R\$
1	Av. Carlos Chagas Filho, 540; Prédio EEFD – Cidade Universitária	25m x 12,5m x 1,20m, aprox. 375 m3	R\$5.187,50	R\$ 62.250,00

2. JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Escola de Educação Física e Desportos abarca nas suas instalações internas um parque esportivo compondo os espaços destinados a atender a comunidade acadêmica da UFRJ (alunos, técnico-administrativos e docentes), além de membros da comunidade externa, incluindo no conjunto dessas instalações, uma piscina semiolímpica. Fica expressa como justificativa a falta de mão de obra efetiva do quadro de servidores para a execução dos serviços de que trata este Termo de Referência, sendo os mesmos essenciais para o desenvolvimento das atividades das áreas acadêmicas principalmente aquelas próprias à Escola de Educação Física e Desportos. Serviço atualmente já prestado por empresas terceirizadas que por sua vez tiveram seus contratos expirados.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares a área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. A licitante deverá apresentar para habilitação todos os documentos em seu nome e com número do CNPJ e endereço respectivo

4.2. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar no nome da matriz

4.3 Se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz

5. VISTORIA

5.1. A Vistoria não será obrigatória, contudo, estará franqueada aos interessados que entenderem necessária sua realização nas instalações do local de execução dos serviços, para efeitos de dimensionamento e elaboração de sua proposta, observado que:

5.1.1. na hipótese de realização de vistoria, este procedimento será acompanhado por servidor da EEFD designado para esse fim;

5.1.2. a vistoria quando solicitada deverá ser agendada de segunda a sexta-feira, das 09 horas às 12 horas e das 14 horas às 15 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21)3938-6849, através do Sr Antônio Braz ou pelo telefone (21)3938-6809, através do Sr Hugo Moreno;

5.1.3. a vistoria deverá ser agendada de forma que sua realização ocorra de forma individual pelos interessados, sendo vedada a vistoria em conjunto entre dois ou mais interessados.

5.1.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior a data prevista para a abertura da sessão pública.

5.1.5. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão executados conforme periodicidade e descrição abaixo:

6.1.1. Rotina de serviços para a piscina:

6.1.1.1. **Diariamente:** Duas visitas ao dia de segunda a sexta-feira, observado que:

a) Executar todos os procedimentos operacionais técnicos para manter a qualidade da água conforme o que estabelece a NORMA ABNT NBR 10818:2016;

b) Manter o nível de água no interior da piscina sempre no valor estabelecido pela contratada;

c) Registrar as análises DIÁRIAS em formulários específicos e disponibilizar os mesmos em local de fácil acesso para os usuários da piscina assim como para a contratante;

d) 1ª visita – Antes das 8h00 ou de acordo com a demanda da administração: medição do pH e temperatura. Emissão de laudo e assinatura de registro;

e) 2ª visita – Após as 18h00 ou de acordo com a demanda da administração: tratamento da água com aplicação de produtos, limpeza da piscina, controle da temperatura, do pH e demais serviços de manutenção

6.1.1.2. **Quinzenalmente:** lavagem da borda da piscina com produtos adequados

6.1.1.3. **Semestralmente** ou quando determinado pela fiscalização do contrato: limpeza completa do interior da piscina com esvaziamento da mesma

6.1.2. Rotina de serviços para a casa de máquinas:

6.1.2.1. **Diariamente:** verificação do sistema de funcionamento da piscina e notificação para a administração da Universidade caso haja alguma inconformidade com a tubulação, vazamento em geral e/ou mau funcionamento dos equipamentos;

6.1.2.2. **Semanalmente:** limpeza com varrição e organização do espaço

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Quanto aos insumos e aos equipamentos:

7.1.1. Os materiais e insumos serão fornecidos pela Contratada e serão submetidos a aprovação da Fiscalização de Manutenção Predial da Contratante, antes de sua entrega, para a

avaliação da qualidade e fornecimento de todos os produtos químicos necessários, conforme legislação atual;

7.2. Quanto ao endereço e ao volume da piscina:

Nº	METRAGEM	ENDEREÇO
1	25m x 12,5m x 1,20m Aproximadamente 375 m ³	Av. Carlos Chagas Filho, 540, Prédio EEFD/UFRJ- campus Fundão/Cidade Universitária

7.3. Quanto às características da piscina:

7.3.1. PISCINA SEMIOLÍMPICA - Piscina com revestimento de cerâmico, com sistema de circulação e filtragem utilizando filtros de areia, doseamento de produtos manual.

8. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

8.1. Os serviços definidos neste Termo de Referência incluem:

8.1.1. manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica dos Equipamentos dos Sistemas de circulação, filtragem e controle e tratamento da água da piscina, de forma que a mesma mantenha uma qualidade, nos aspectos químicos e bacteriológicos ideais para o fim a que se destina;

8.1.2. serviços técnicos especializados de inspeção, verificação, operação, conservação, limpeza, adequação e também, no caso de ocorrência de defeitos, as manutenções corretivas necessárias para restabelecer as condições normais e seguras de funcionamento dos equipamentos que fazem parte dos sistemas da piscina.

8.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva tem por escopo a realização de serviços de inspeção, verificação, operação, conservação, limpeza, no sentido de:

8.2.1. detectar quaisquer anomalias ou desvios relativamente à sua situação de estado ou funcionamento;

8.2.2. determinar as ações necessárias para repor o estado ou funcionamento normal se necessário;

8.2.3. evitar a ocorrência futura de anomalias ou desvios que venham a diminuir a prestação do item ou até mesmo provocar a sua inoperacionalidade intempestiva.

8.3. As ações definidas nos subitens 8.1 e 8.2 deverão permitir a introdução de intervenções planejadas de manutenção como forma de redução de avarias e consequentemente perdas de produção.

8.4. As ações de manutenção são calendarizadas de acordo com as recomendações dos fabricantes dos equipamentos, *know-how* adquirido, histórico acumulado, perfil de utilização dos equipamentos e meio ambiente onde estes estão integrados.

8.5. As ações ou intervenções essenciais de manutenção preventiva são as seguintes:

- a) Abertura e fecho de acessos;
- b) Arranque e paragem;
- c) Inspeção visual;
- d) Inspeção visual assistida com meios técnicos;
- e) Verificação de funcionamento;
- f) Leitura de parâmetros de pH e Cloro da água da piscina;
- g) Calibração, afinação, ajuste;
- h) Inspeção quanto à existência de fugas;
- i) Substituição de peças ou órgãos;

- j) Limpeza, lavagem, secagem;
- k) Reposição de níveis;
- l) Ensaio funcional;
- m) Ensaio de situações de emergência;
- n) Controle dimensional;

9. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

9.1. Limpeza e Aspiração:

9.1.1. Além dos materiais normais de limpeza, como escova, apanha folhas, varas e afins, a Contratada deverá assegurar o emprego de sistema de aspiração que garanta a preservação da membrana de revestimento da piscina e que a mesma não seja danificada (Ex.: aspirador semiolímpico com pelo menos uma bomba de aspiração com capacidade mínima de 50 m³/h e velocidade de deslocamento de pelo menos 10 mt/min).

9.1.2. Os materiais deverão ser capazes ainda de reter partículas com dimensões maiores ou iguais a 105 µm., deverão ter corpo em inox e deverão efetuar um varrimento às dimensões da piscina por sensores de infra-vermelhos.

9.2. Controle dos Parâmetros Químicos da Água:

9.2.1. A Contratada deverá medir diariamente os valores de cloro e pH com o recurso de um fotômetro digital, com câmera à prova de água e com uma resolução de no mínimo 0,01. Deverá conseguir ler valores de cloro pelo menos até 6,00 ppm e valores de pH entre pelo menos 6,50 – 8,40.

9.3. Equipamento de Controle e Doseamento Automático de Produtos Químicos:

9.3.1. A Contratada deverá manter-se durante toda a vigência do contrato para fazer a manutenção de todo o equipamento de controle de instantâneo dos parâmetros da água e bombas doseamento de produtos químicos, incluindo sondas.

9.4. Fornecimento de Insumos:

9.4.1. A Contratada deverá manter-se durante toda a vigência do contrato para efetuar o fornecimento dos insumos necessários ao tratamento da água, nomeadamente Hipoclorito de Sódio e Ácido Sulfúrico ou Ácido Clorídrico, bem como de quaisquer outros produtos que venham revelar-se necessários, como anti-algas ou outros.

10. ROTINA DOS SERVIÇOS

10.1. A rotina dos serviços observará a seguinte configuração:

10.1.1. Análise dos parâmetros de pH e Cloro Livre:

Frequência - 2 (duas) vezes por dia.

10.1.2. Aplicação de produtos químicos.

Frequência - Sempre que necessário.

10.1.3. Aspiração:

Frequência - 03 (três) vezes por semana ou de acordo com as necessidades.

10.1.4. Limpeza de bordas:

Frequência - Semanalmente.

10.1.5. Limpeza da área de circulação e outros ambientes

Frequência - diariamente, de segunda-feira a sexta-feira.

10.1.6. Limpeza de casa de máquinas

Frequência - semanalmente (na sexta-feira).

10.1. O controle do pH e níveis de Cloro da água deve ser executado diariamente.

10.2. A Contratada deverá efetuar o tratamento das águas da piscina, mantendo sua qualidade de acordo com as seguintes especificações de natureza físico-química:

10.2.1. A limpidez da água deve ser de tal forma que permita perfeita visibilidade da parte mais profunda do tanque;

10.2.2. A superfície da água deve estar livre de materiais flutuantes, estranhos à piscina e o fundo do tanque, livre de detritos;

10.2.3. Quando utilizados desinfetantes a base de cloro, a concentração de cloro na água do tanque deverá ser mantida entre 0,8 mg/I a 3,0 mg/I de cloro livre;

10.2.4. O pH da água deverá ser mantido entre 7,2 e 7,8.

10.3. Eventuais concentrações pluviométricas que fogem da normalidade e que afetem a qualidade da água da piscina deverão ter o tratamento com o produto químico adequado.

10.4. Para a correta prestação dos serviços a Contratada deverá inspecionar, periodicamente, a piscina e sua estrutura física, efetuando, caso necessário, e independente de solicitação da fiscalização da Contratante, as seguintes tarefas: serviços de limpeza interna e externa, consertos ou substituições por desgaste normal ou defeitos ocasionais na estrutura física da piscina, como o rejunte de azulejos, o fornecimento de material de limpeza, acessórios, remoção de fungos, e outros que se fizerem necessários, de forma que os mesmos permaneçam em perfeitas condições de use e segurança.

11. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços serão avaliados de acordo com o ANEXO I (*checklist*) de execução de cada uma das etapas descritas no item 10 deste Termo de Referência.

12. UNIFORMES

12.1. Durante a vigência do contrato, a Contratada deverá manter seus empregados devidamente uniformizados e portando ostensivamente o crachá de identificação, com foto recente.

12.2. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada na EEFD/UFRJ.

13. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

13.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

13.1.1. Para a manutenção preventiva no tratamento das águas da piscina: Aparelho digital (fotômetro) para medir pH e cloro; peneira; escovão de nylon; barrilha; cloro líquido; redutor

de pH; sulfato de alumínio; aspirador semiolímpico 12 rodas regulável; 12 metros de Cabo telescópico em alumínio, nas seguintes quantidades estimadas por ano:

ITEM	PRODUTO	QUANT. ANUAL
1.	Fotômetro (Aparelho digital para medição de Ph e Cloro)	01
2.	Reagentes DPD1, DPD3, PHENOL RED	3 x 750 Past
3.	Areia para os filtros	2.400kg
4.	Peneira	03
5.	Escovão de nylon	02
6.	Barrilha - BICARBONATO DE SÓDIO	120kg
7.	Cloro líquido	20.000kg
8.	Redutor de pH – ÁCIDO SULFÚRICO	2400 kg
9.	Sulfato de alumínio	1.200
10.	Aspirador Semiolímpico 12 rodas regulável	01
11.	12 m cabo telescópico em alumínio	01

13.1.2. A listagem do quadro acima é apenas indicativa e não exaustiva, cabendo ser adequada e redimensionada pela Contratada para a boa execução do serviço.

13.1.2. Quaisquer outros tipos de produtos químicos ou materiais que a Contratada queira utilizar serão de sua responsabilidade, tanto a aquisição, quanto a qualidade e o uso dos mesmos.

14. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do instrumento contratual.

15. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS - BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

15.1. A Contratada deverá elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

15.2. A Contratada receberá da contratante, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente;

15.3. Quando houver ocorrências, o encarregado deverá comunicar aos fiscais da contratante para as devidas providências.

15.4. Exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são:

15.4.1. Mau funcionamento do sistema de filtragem da piscina;

15.4.2. Mau funcionamento do sistema de bombeamento da piscina;

15.4.3. Vazamentos no sistema da piscina;

15.4.4. Fios desencapados nas mediações da piscina;

15.4.5. Pisos soltos no interior da piscina.

15.5. Quanto ao uso racional da água, a Contratada deverá:

15.5.1. Capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso da água. Os conceitos deverão ser repassados para equipe por meio de multiplicadores;

15.5.2. Adotar medidas para se evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto 48.138, de 08/10/2003;

15.5.3. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da Contratada, esperadas com essas medidas;

15.5.4. Sempre que adequado e necessário, utilizar-se de equipamento de limpeza com jatos de vapor de água saturada sob pressão. Trata-se de alternativa de inovação tecnológica cuja utilização será precedida de avaliação pela contratante das vantagens e desvantagens. Em caso de utilização de lavadoras, sempre adotar as de pressão com vazão máxima de 360 litros/hora;

15.5.5. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;

15.6. Quanto ao uso racional de energia elétrica, a Contratada deverá:

15.6.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução do consumo;

15.6.2. Durante a limpeza noturna, quando permitida, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas;

15.6.3. Comunicar à contratante sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas, bebedouros de água, entre outros que podem ser incluídos pelo contratante;

15.6.4. Sugerir à contratante, locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, etc.;

15.6.5. Ao remover o pó de cortinas ou persianas, verificar se estas não se encontram impedindo a saída do ar condicionado ou aparelho equivalente;

15.6.6. Verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras, etc.;

15.6.7. Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes dos aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras;

15.6.8. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;

15.6.9. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecida pela contratante.

15.7. Quanto à redução de produção de resíduos sólidos, a Contratada deverá atender à Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas em contrato e na legislação vigente:

- 16.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 16.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 16.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 16.1.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 16.1.5. Pagar a Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo de condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 16.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;
- 16.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;
 - c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
 - d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas em contrato e na legislação vigente:

- 17.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 17.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 17.1.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 17.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto;
- 17.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 17.1.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

- 17.1.7. Disponibilizar a Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando for o caso;
- 17.1.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 17.1.9. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 17.1.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a Contratante;
- 17.1.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 17.1.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar a Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 17.1.13. Dispor de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- 17.1.14. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 17.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 17.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 17.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 17.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei no 8.666/93.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

19. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições de contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

20. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

20.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e na alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

20.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

20.3. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto na IN/SLTI/ nº 05/2017.

20.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

20.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, nos termos da IN/SLTI/ nº 05/2017.

20.6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

20.8. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.9. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93.

20.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93;

21. PRESTAÇÃO DE CONTAS

21.1 A CONTRATADA deverá apresentar uma fatura correspondente ao serviço realizado no mês, sendo que a Nota Fiscal deverá ser entregue no primeiro dia útil de cada mês;

21.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue no Gabinete da Direção da EEFD, sala 210 do prédio da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ/ Campus Fundão, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ;

21.3 O fiscal do contrato, representante da Contratante, anotarà em registro próprio (instrumento de procedimentos de fiscalização) todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das ocorrências ou pagamento de multas caso necessário;

21.4 A liberação da fatura para pagamento será feita somente após apresentação de todos os documentos exigidos como anexo da mesma.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

22.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3. fraudar na execução do contrato;

22.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

22.1.5. cometer fraude fiscal;

22.1.6. não manter a proposta.

22.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2. Multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias;

22.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

22.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

22.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

22.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.1. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

22.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2018.

Prof. WALDYR MENDES RAMOS
Chefe do Departamento de Corridas da
Escola de Educação Física e Desportos - UFRJ


Aprovo o Termo de Referência,

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2018.

Profª. KATYA SOUZA GUALTER
Diretora da Escola de Educação Física e Desportos/UFRJ

.

ANEXO I

		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO			
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA - PR6					
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - MANUTENÇÃO DE PISCINA					
CONTRATO Nº:				IMR	Data: <input type="text"/>
UNIDADE:					
CONTRATADA:					
FISCAL ADMINISTRATIVO					
AVALIAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO:					
Limpeza Diária Executada					
	SIM	NÃO	N/A	Mensagens	
1				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
2				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
3				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
4				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
5				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
6				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
7				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
8				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
9				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
10				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
11				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
12				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
13				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
14				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
15				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
16				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
17				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
18				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
19				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
20				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
21				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
22				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
23				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
24				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
25				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
26				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
27				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
28				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
29				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
30				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
31				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
	0	0	0		
TOTAL DE DIAS AVALIADOS					0
Feriado, Sabado ou Domingo (dias em que Não se Aplica (N/A))					0
TOTAL DE DIAS PARA CALCULO					0 98,50%
Total de dias em que ocorreu a limpeza					0 #DIV/0!
Total de dias em que a limpeza deveria ocorrer mas houve falha					0 #DIV/0!
Limpeza Quinzenal					
	SIM	NÃO	N/A	Mensagens	
1				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
2				ATENÇÃO!! Avaliação precisa ser feita	
	0	0	0		
TOTAL DE AVALIAÇÕES					2
Numero de limpezas não realizadas por férias ou outros fatores (utilizados como Não de Aplica (N/A))					0
Total de limpezas quinzenais Planejadas					2 1,50%
Total de limpezas quinzenais realizadas					0 0,00%
Valor Mensal Estimado do Contrato					R\$ 1.000,00
% de liberação de nota					#DIV/0!
Valor Liberado para Pagamento					#DIV/0!
Fiscal Operacional		Fiscal Administrativo		Gestor PR-6	Responsável da Contratada